

políticos. No entanto, enquanto a transformação está ocorrendo, a cultura declinante recusa-se a mudar, aferrando-se cada vez mais obstinada e rigidamente às suas idéias obsoletas perpetuadas pelas instituições sociais dominantes que resistirão a ceder seus papéis de protagonistas às novas forças culturais. Mas, vaticina Capra, seu declínio continuará inevitavelmente, e elas acabarão por desintegrar-se, ao mesmo tempo que a cultura nascente continuará ascendendo e assumirá finalmente seu papel de liderança.

De privilegiada capacidade de síntese, Fritjof Capra consegue, com esmero, situar o leitor leigo quanto à produção científica e tecnológica moderna.

Além de uma síntese, esta obra veicula extensa reflexão crítica seguida de consistente proposta alternativa para a crise que vem atravessando a cultura no ocidente.

A linguagem do livro é simples sem ser simplória, acessível e fluida, o que demonstra certo domínio do assunto tratado, considerando-se toda sua complexidade.

A leitura de "O ponto de mutação" faz com que tomemos pé da nossa realidade cultural a partir das suas raízes, resgatadas com agudeza e propriedade.

Apesar da simplicidade da linguagem, a quantidade de informações e a complexidade do assunto fazem com que o leitor sinta a necessidade de retomar a leitura em certos momentos.

"O ponto de mutação" não é uma leitura leve, ou seja, não é recomendado para horas de insônia ou momentos de lazer. É uma obra para ser refletida e questionada.

Recomendo, sem dúvida, sua leitura para os inquietos e questionadores. Para aqueles que sentem o incômodo da realidade cultural em que estão inseridos e que buscam um eco para suas perplexidades. Para aqueles que não assumem uma atitude exclusivamente passiva e para os que têm, em qualquer que seja a medida, uma preocupação com o futuro do homem em face da crise de valores que atravessa a nossa cultura.

Felisbina Lourenço de Mesquita  
Telebrasília/DRH

desse grupo específico de pequenos produtores" (pág. 5). Esta é, a meu ver, a grande contribuição do estudo: permitir um entendimento mais preciso das formas de produção e dos limites que o mercado, a comercialização e o próprio padrão de modernização e de desenvolvimento agropecuário – consoante às determinações governamentais para o setor – impõem a esse grupo de produtos (as hortaliças são o foco central do trabalho), integrantes da cesta básica do brasileiro, particularmente dos cariocas.

No primeiro capítulo, a autora argumenta sobre a importância dos hortigranjeiros para o consumo alimentar da população urbana de baixa renda do país, analisando, ainda, o volume e a evolução da oferta, e a proveniência das hortaliças e frutas mais consumidas no Grande Rio. O segundo capítulo aborda aspectos da situação fundiária e das relações de trabalho prevalentes nas principais áreas hortifrúctícolas do Estado, focalizando, detalhadamente, as atuais condições da agricultura nas duas áreas abrangidas pela pesquisa de campo – a região Oeste do estado do Rio e a região de Papucaia/São José da Boa Morte, no município de Cachoeira de Macacu. Já o terceiro capítulo, ressaltando o caso dos "pequenos olericultores" questiona pontos teóricos relativos ao "modo como vem sendo tratado, na literatura crítica, o 'campesinato moderno', isto é, a produção familiar que se tecnifica e mercantiliza no bojo do processo mais amplo de 'industrialização' da agricultura brasileira". E, finalmente, o capítulo quatro busca discutir o papel, as ideologias e as formas de atuação das "agências modernizadoras" do meio rural, enfatizando o "sistema de extensão" e a "cultura extensionista".

Em termos gerais, penso que o trabalho cumpre plenamente os objetivos propostos. Contudo, com o intuito de, desde já, abrir a possibilidade para um debate, apresentarei, sucintamente, comentários sobre pontos mais específicos do trabalho, os quais serão tratados de forma tópica, segundo o propósito de o máximo de objetividade, evitando quaisquer formalizações desnecessárias, neste momento. Gostaria, apenas, de insistir que tais observações em nada diminuem o valor da pesquisa – séria, criteriosa e instigante – mas, ao contrário, visam a reforçá-la, na medida em que procuram incentivar, a partir das informações ali contidas, a realização de novos trabalhos sobre o tema.

Concluída a leitura, o primeiro ponto que me chamou a atenção refere-se à relação que o quarto capítulo mantém com o restante do trabalho. Nesse capítulo, há uma preocupação, por parte da autora, em questionar o que ela considera uma "postura francamente autoritária" da proposta de superação da "agricultura tradicional" e do modelo norteador de criação da EMBRAPA (pág. 170). Tais críticas, que também são feitas à Extensão Rural e ao que ela chama "cultura extensionista" – "características relacionadas às propostas, à ideologia, à filosofia de trabalho, à auto-imagem da instituição e à identidade profissional dos seus agentes" (pág. 164) –, apontam para o argumento de que a visão tutelar do Estado, relativamente à assistência técnica aos pequenos produtores, baseia-se no fato de que a inserção desses sujeitos na economia se orienta pelo seu poder aquisitivo, consumo e nível de vida, e não pelas suas características ou potencialidades especificamente produtivas (pág. 171). Desse modo, os órgãos governamentais e o "novo aparato modernizante da agricultura", considerando esse segmento social como "produtores de baixa renda", em vez de "produção familiar" ou "campesinato", colocam tais produtores no âmbito de um "problema predominantemente social", o qual, como afirma a autora, associa-se, geralmente, a algo quase filantrópico.

Quanto às modificações recentes, havidas no Sistema de Extensão Rural e na

própria EMBRAPA, no sentido de uma maior aproximação aos pequenos produtores, refletidas, inclusive, na atual opção da EMBRATER pelo trabalho de organização dos produtores, a autora olha com certa desconfiança (“... fica difícil saber até que ponto o privilegiamento da ‘organização rural’, pelo extensionismo, poderá realmente trazer uma melhoria da qualidade dos serviços prestados aos pequenos produtores (...) e em que medida a nova tarefa, dentro de uma mesma concepção tutelar do trabalho junto aos pequenos produtores, corresponde ao que estes concebem, esperam e reivindicam do Estado, na agricultura?”) (pág. 205).

O que argumento, aqui, é que, ao contrário do ocorrido no restante do livro, em que é apresentado farto material empírico, retratando adequadamente o alvo da pesquisa, no capítulo IV (em que pese a refinada capacidade crítica da autora), parece não haver comprovação suficiente para as proposições suscitadas. É verdade que muitas impressões que tiramos da realidade concreta têm um forte componente de uma visão estereotipada e aparente, e é até possível que esta visão reflita relações mais profundas, nem sempre obtidas através de observações imediatas. Contudo, penso que, inclusive porque o tema é por demais complexo e controvertido, e para acompanhar o mesmo tom do resto da pesquisa, a discussão sobre a Extensão Rural e a Assistência Técnica poderia ter sido melhor explorada, em termos de dados, informações e documentos, a fim de suportar, convenientemente, as críticas levantadas no capítulo IV.

A impressão que fica é de que essa parte do trabalho ficou inconclusa, ou, mesmo, que representa quase um estudo à parte, no livro. As situações analisadas na pesquisa de campo pouco participam das discussões do último capítulo, o qual se prende, essencialmente, às críticas anteriores. Enfim, levanto a idéia de que, embora tais considerações, feitas pela autora, possam estar de acordo com determinados contextos, há uma grande diversidade de situações, as quais não se aplicam, necessariamente, àquelas generalizações.

O segundo ponto refere-se ao capítulo II, que trata de um questionamento teórico sobre os “pequenos produtores”, particularmente aqueles ligados à produção de hortaliças. É verdade que o termo “pequeno produtor” não traz, em si, nenhuma conceituação sociológica. A própria autora reconhece as limitações do uso do termo para qualificar situações sociais específicas, não retratadas no vazio da palavra “pequeno”. Há toda uma discussão, na literatura (ver, por exemplo, o texto “o camponês: um trabalhador para o capital” de Maria de Nazareth Wanderley, nos Cadernos de Difusão de Tecnologia, volume 2, número 1, 1985), voltada para essa problemática conceitual. Contudo, penso que as expectativas da autora, em face da “possibilidade de uma estabilização, ou até de uma expansão do ‘campesinato urbano’ do Rio de Janeiro, revertendo a tendência ao seu desaparecimento, surgido pelo curso dos fatos nas últimas duas décadas”, não são confirmadas pelo próprio livro. Nele, verifica-se a inviabilidade da reprodução social desse segmento, em vista de problemas decorrentes da comercialização, do crédito, da assistência técnica, da inexistência de infra-estrutura de informações sobre preços e demandas, do escoamento da produção, e da própria situação fundiária, sujeita à especulação imobiliária e à concentração da posse e do uso da terra. Assim, pergunto: “como estão garantidas a expansão e a sobrevivência desse segmento social, qualificado por “campesinato urbano””? Também não há qualquer discussão sobre o fenômeno do trabalhador temporário – crescente em toda a agricultura brasileira,

especialmente nas áreas submetidas à especulação do solo, segundo formas as mais diversas.

Por outro lado, o conteúdo da pesquisa não rejeita a figura do “trabalhador a domicílio”, embora a autora procure negá-la, no contexto analisado. Neste caso, pode-se levantar a idéia de que os pequenos produtores de hortaliças, no estado do Rio, representam “trabalhadores a domicílio” para os grandes grupos atacadistas, supermercados e para as “centrais de abastecimento”, mediante uma vinculação problemática daqueles produtores ao mercado. Aqui, não seriam necessariamente as agroindústrias que estariam controlando o processo produtivo, mas esses grandes grupos atacadistas.

Finalmente, destacaria, como um aspecto muito feliz do livro, o fato de ele levantar elementos importantes para a discussão de uma reforma agrária, contrastando-a com a questão da apropriação e do uso do solo urbano. A inter-relação desses dois componentes de uma mesma problemática – a da concentração da propriedade no Brasil –, evidenciada no caso dos produtores de hortaliças (o “cinturão verde” das grandes cidades), é absolutamente indispensável para o debate de uma reforma agrária conseqüente e orientada para as reais necessidades de nosso país.

Michelangelo Giotto Santoro Trigueiro  
EMBRAPA/DTT

SANTANDER, F. **O Extensionista**. Trad. Salvador Obiol de Freitas, São Paulo, Hucitec, 1987, 148p. (Estudos Rurais).

O *Extensionista* é uma peça teatral do mexicano Felipe Santander que, em 1980, ganhou o prêmio de teatro da Casa de las Americas, em Havana, Cuba.

A peça retrata a história de um Engenheiro-agrônomo, recém-formado, que inicia suas atividades profissionais no campo da Extensão Rural, em uma pequena comunidade do interior. Nesta comunidade convive grande número de pequenos produtores rurais, ameaçados de perder suas terras pela ação de um “grileiro” – o grande coronel que detém o poder econômico e político da região. Tendo reivindicado junto aos órgãos do governo solução para os problemas de titulação das terras, estes produtores esperam que a vinda do técnico fosse uma resposta às suas aspirações. Ao contrário, o jovem engenheiro não tinha conhecimento algum desta problemática, tendo tão-somente o desejo de aplicar, na prática, os conhecimentos recebidos na Faculdade, onde se destacou como um dos melhores alunos. Na ânsia de resolver os problemas técnicos, o extensionista acaba por criar uma grande barreira entre ele e os produtores. Embora resistindo à sugestão de outros colegas para se aliar ao líder econômico do lugar, acaba por não ter outra alternativa senão a de apresentar a este seu plano de trabalho. Em pouco tempo, todas as entidades afins são convocadas para contribuir na efetivação do referido plano.

No entanto, no desenrolar destas atividades, o jovem agrônomo depara-se com as tentativas de suborno e vê claramente desfilar conflitos e “contradições que ultrapassam os limites locais onde elas se movem.”

As cenas apresentam o embate entre os diferentes grupos; nelas, o papel do técnico extensionista reveste-se de real importância. Estão em jogo as representações e os